

**ANEXO III  
MINUTA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/\_\_\_\_\_/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_ (RP Nº 2025/37)**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 2025-06313328**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ-MF nº 28.538.734/0001-48, com endereço na Av. Erasmo Braga nº 115, Centro, Rio de Janeiro - RJ, doravante denominado **TRIBUNAL**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Ricardo Couto de Castro;

**RESOLVE**, em face das propostas apresentadas no **PREGÃO Nº \_\_\_\_\_**, referente ao Processo Administrativo SEI nº 2025-06313328, registrar preços da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, doravante denominada **BENEFICIÁRIA DO REGISTRO**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, conforme consta no \_\_\_\_\_ (*indicar o ato que o qualifica como representante legal*), anexado ao documento eletrônico nº \_\_\_\_\_ do referido processo, e instituir a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)**, sujeitando-se as partes às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, na Resolução OE nº 09/2024, e nos Atos Normativos TJERJ nº 08/2019 e nº 23/2023.

As partes comprometem-se a assumir todas as condições descritas no Edital (index nº \_\_\_\_ ) e em seus anexos, inclusive quanto às penalidades nele previstas, bem como às demais cominações legais, independentemente de transcrição.

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual fornecimento de fragmentadoras de papéis a este Tribunal, indicadas na RP nº 202537, conforme descrições, quantidades mínimas e máximas indicadas, e respeitada a ordem de classificação, pelos preços registrados no quadro anexo, o qual integra esta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, nos termos da Ata da Sessão de Julgamento, durante o prazo de vigência estabelecido no item 3 deste documento.

**1.2.** A **BENEFICIÁRIA DO REGISTRO** compromete-se a fornecer o objeto, em conformidade com os critérios de gestão ambiental, bem assim com os aspectos de saúde e segurança ocupacional, estabelecidos em legislação, normas e regulamentos específicos, visando à melhoria e ao desempenho dos processos de trabalho quanto aos aspectos ambientais, sociais, econômicos, trabalhistas e previdenciários.

**1.3.** No quadro em anexo são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do **TRIBUNAL**, mediante a expedição da nota de empenho;

**1.4.** Caso o **TRIBUNAL** tenha interesse em contratar, a **BENEFICIÁRIA DO REGISTRO** receberá a Nota de Encomenda de Material - NEM, onde virão definidas as quantidades, forma e prazo de entrega do material em aquisição, acompanhada da respectiva nota de empenho.

**1.5.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**1.6.** Todas as especificações técnicas constantes do Edital desta Licitação integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

## **2. DO FORNECIMENTO:**

**2.1.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**2.2.** O fornecimento do objeto será feito mediante solicitações do órgão fiscal, de acordo com a conveniência do Tribunal;

**2.3.** O objeto deste contrato poderá ser fornecido de uma só vez ou sob demanda, observados os critérios estabelecidos no Termo de Referência da Licitação;

**2.4.** São encargos exclusivamente da **BENEFICIÁRIA DO REGISTRO** a entrega, o descarregamento e a alocação dos equipamentos no local determinado pelo Tribunal de Justiça.

**2.5.** Situações excepcionais que justifiquem a não entrega ou a entrega para além do prazo estipulado no Termo de Referência, deverão ser devidamente comprovadas pela **BENEFICIÁRIA DO REGISTRO**.

**2.6.** A **BENEFICIÁRIA DO REGISTRO** deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis.

## **3. DA VALIDADE E DOS PRAZOS**

**3.1.** A validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, na forma do artigo 84 da lei Federal nº 14.133/2021, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**3.2.** A sociedade empresária, detentora do registro, assume o compromisso de fornecer o objeto, quando **BENEFICIÁRIA DO REGISTRO**, na forma e quantidade mínimas e máximas especificada no Edital, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**3.3.** Os prazos para entrega dos equipamentos, nas solicitações de rotina, bem como os prazos para recebimento provisório e definitivo foram estabelecidos nos itens 11 e 16 do Termo de Referência e na RP nº 2025/37.

## **4. DA GARANTIA TÉCNICA**

**4.1.** No caso de a aquisição ocorrer, a **BENEFICIÁRIA DO REGISTRO** se obriga a cumprir a garantia de qualidade conforme exigida no item 8 do Termo de Referência.

**4.2.** A Contratada prestará garantia pelo período de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo dos equipamentos.

## **5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1.** Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**5.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

i) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

ii) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

iii) Fica estabelecido o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, em caso de eventuais reajustamentos de preços iniciais. O prazo para resposta ao pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será preferencialmente de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

## **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Tribunal convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.3.** Na hipótese prevista no item anterior, o Tribunal convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**6.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o Tribunal procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.5.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao Tribunal a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.6.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Tribunal e o fornecedor deverá cumprir as obrigações

estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.6.1.** Na hipótese de cancelamento do registro de preços, nos termos do item anterior, o Tribunal convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado os requisitos de habilitação.

**6.6.2.** Se não obtiver êxito nas negociações, o Tribunal procederá ao cancelamento do registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.7.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o Tribunal atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **7. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**7.1.** A instrução processual conterá o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens, com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência de classificação do certame, com o objetivo de formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

**7.2.** O pagamento será conforme o disposto no Edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da Beneficiária do Registro quanto à regularidade do INSS, FGTS e CNDT.

**7.3.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das sanções estabelecidas no edital.

**7.4.** As partes se comprometem a cumprir as obrigações previstas na Requisição de Registro de Preços nº 2025/37 e no Termo de Referência.

**7.5.** A comunicação de todos os atos efetivados entre as partes, bem como a assinatura, o envio e o recebimento de documentos, inclusive toda a documentação relativa a eventuais procedimentos apuratórios instaurados em decorrência desta ata, serão em meio digital, utilizando-se, obrigatoriamente, do Processo Administrativo Eletrônico do TJRJ - SEI, mediante credenciamento de acesso como usuário externo, providência a qual se obriga a **BENEFICIÁRIA DO REGISTRO**, quando demandada pelo Tribunal, nos termos do Ato Normativo TJ nº 19/2020.

**7.6.** O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do TJRJ - SEI, garantida a eficácia das cláusulas cujo compromisso é assumido, sendo considerado celebrado na data da última assinatura dos representantes das partes.

## **8. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

A Beneficiária do Registro, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente ajuste, no que couber, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as demais normas e políticas de proteção de dados aplicáveis.

Consideram-se dados pessoais aqueles definidos no artigo 5º da Lei nº 13.709/2018.

No manuseio desses dados, as partes concordam em:

- a)** tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em conformidade com as disposições desta cláusula e, na eventualidade de não mais poderem cumpri-las, por qualquer motivo, informar formalmente e imediatamente o Tribunal, que poderá rescindir o ajuste sem qualquer ônus, multa ou encargo;
- b)** manter e aplicar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas adequadas e suficientes para proteger a confidencialidade e a integridade de todos os dados pessoais mantidos, consultados ou transmitidos eletronicamente, garantindo sua proteção contra acessos não autorizados, destruição, uso, modificação, divulgação, perda acidental ou indevida;
- c)** acessar os dados estritamente dentro do escopo e na medida autorizada, sendo vedado ler, copiar, modificar ou remover dados pessoais sem autorização expressa e por escrito das partes envolvidas;
- d)** garantir, por si e por seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados tratados, assegurando que todos os que lidarem com os dados pessoais os mantenham sob sigilo absoluto, utilizando-os exclusivamente para os fins relacionados ao presente ajuste;
- e)** treinar e orientar sua equipe quanto às disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais;
- f)** não divulgar os dados pessoais a terceiros, salvo com autorização prévia e por escrito das partes envolvidas, seja de forma direta ou indireta, por meio de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou qualquer outro meio que contenha ou reflita tais informações;
- g)** em caso de exigência legal de fornecimento de dados pessoais a autoridades públicas, comunicar previamente as partes envolvidas, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

A Beneficiária do Registro compromete-se a não realizar enriquecimento de base de dados com informações trocadas no âmbito desta relação.

Deverá, ainda, adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento de dados pessoais, bem como dispor de mecanismos que permitam sua remediação, de forma a evitar ou minimizar danos aos titulares dos dados.

A Beneficiária do Registro deverá notificar o Tribunal, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sobre qualquer descumprimento das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais, bem como sobre qualquer violação de segurança no contexto das atividades relacionadas a este ajuste.

Deverá, também, comunicar formal e imediatamente ao Tribunal qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa comprometer ou causar dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos decorrentes de verificações ou inspeções.

A transferência internacional de dados pessoais somente poderá ocorrer após autorização expressa do Tribunal, mediante comunicação prévia e cumprimento das exigências previstas na LGPD, com a devida implementação de salvaguardas adequadas.

Na medida de sua responsabilidade, a Beneficiária do Registro será responsável pelo pagamento de perdas e danos, de ordem moral ou material, bem como pelo ressarcimento de multas ou penalidades impostas ao Tribunal e/ou a terceiros, decorrentes do descumprimento de qualquer disposição desta cláusula ou da legislação aplicável sobre proteção de dados pessoais.

A Beneficiária do Registro compromete-se a reter os dados pessoais apenas pelo tempo necessário para o cumprimento das finalidades para as quais foram coletados, respeitando o prazo determinado pelo Tribunal, sob pena de multa e desfazimento da Ata de Registro de Preços.

Caso o objeto envolva o tratamento de arquivos permanentes contendo dados pessoais, a Contratada deverá assegurar a proteção da privacidade do titular dos dados, conforme o artigo 16 da Resolução CONARQ nº 54/2023, observadas todas as disposições da LGPD.

Os dados eventualmente coletados pela Beneficiária do Registro serão mantidos apenas durante a execução do objeto contratado. Ao término da execução, os dados deverão ser eliminados de forma segura, com a apresentação de comprovação do descarte ao fiscal do registro de preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Após o término de vigência da Ata de Registro de Preços, a satisfação da finalidade pretendida ou mediante solicitação, a Beneficiária do Registro compromete-se a interromper o tratamento dos dados pessoais fornecidos pelo Tribunal, transferindo de volta todos os dados em sua posse e garantindo sua completa eliminação, inclusive de eventuais cópias, tanto em meio físico quanto digital, salvo se houver obrigação legal de retenção.

## **9. DA PUBLICAÇÃO**

**9.1.** Em 20 (vinte) dias, contados da data da última assinatura eletrônica, o Tribunal providenciará a publicação, em resumo, da presente Ata de Registro de Preços no DJERJ.

**9.2.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de assinatura deste instrumento, como condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos, na forma do artigo 94, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 11.419/2006 e do Ato Normativo TJ nº 19/2020.

**Rio de Janeiro, data da última assinatura eletrônica.**

**Desembargador Ricardo Couto de Castro**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

---

**Representante Legal**

Processo Administrativo SEI nº 2025-06313328

Cópia do termo disponibilizada, após sua publicação, no Portal de Transparência: <https://www.tjrj.jus.br/pagina-inicial/portal-da-transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao>